INDICADORES DE DESEMPENHO EM LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A QUALIDADE EDUCACIONAL

PERFORMANCE INDICATORS IN PORTUGUESE LANGUAGE AND MATHEMATICS IN ELEMENTARY EDUCATION: AN ANALYSIS OF ASSESSMENT POLICIES AND THEIR IMPLICATIONS FOR EDUCATIONAL QUALITY

GISELE MARQUES NASCIMENTO
Graduação em Pedagogia pela Faculdade UNICID 2011; Especialista em Educação Especial pela Faculdade do Estado de São Paulo 2023; Professora de Educação Infantil no CEMEI Carmelo Cali.

RESUMO

O presente artigo analisa os indicadores de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental, examinando os principais sistemas avaliativos implementados no Brasil e suas contribuições para diagnóstico da qualidade educacional. Através de pesquisa bibliográfica e documental, investiga-se o Sistema de Avaliação da Educação Básica e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica como ferramentas de monitoramento das aprendizagens, discutindo suas metodologias, escalas de proficiência e implicações para políticas públicas educacionais. Examina-se também a relação entre fluxo escolar e desempenho acadêmico, as desigualdades reveladas pelos indicadores e os desafios enfrentados pelas redes de ensino na promoção de aprendizagens significativas. Conclui-se que os indicadores constituem instrumentos fundamentais para

compreensão da realidade educacional brasileira, embora demandem articulação com práticas pedagógicas transformadoras e investimentos estruturais para efetiva melhoria da qualidade do ensino.

Palavras-chave: Indicadores Educacionais; Sistema de Avaliação da Educação Básica; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; Língua Portuguesa; Matemática.

ABSTRACT

This article analyzes performance indicators in Portuguese Language and Mathematics in Elementary Education, examining the main evaluation systems implemented in Brazil and their contributions to diagnosing educational quality. Through bibliographic and documentary research, the Basic Education Assessment System and the Basic Education Development Index are investigated as tools for monitoring learning, discussing their methodologies, proficiency scales, and implications for educational public policies. The relationship between school flow and academic performance, the inequalities revealed by the indicators, and the challenges faced by school systems in promoting meaningful learning are also examined. It is concluded that the indicators constitute fundamental instruments for understanding the Brazilian educational reality, although they require articulation with transformative pedagogical practices and structural investments for the effective improvement of the quality of education.

Keywords: Educational Indicators; Basic Education Assessment System; Basic Education Development Index; Portuguese Language; Mathematics.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre qualidade da educação brasileira tem sido marcada, nas últimas décadas, pela centralidade assumida pelos indicadores de desempenho escolar, particularmente aqueles relacionados às aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental. Esses componentes curriculares constituem áreas basilares do conhecimento escolar, fundamentais para desenvolvimento de competências essenciais ao exercício da cidadania e à inserção social dos estudantes. Conforme estabelecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, "as médias de proficiência manifestam o nível de aprendizagem dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, que são os componentes basilares do currículo escolar" (INEP, 2024, p. 3).

A implementação de sistemas nacionais de avaliação em larga escala no Brasil iniciou-se na década de 1990, consolidando-se com criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica. Esse sistema tem como objetivo produzir informações sobre desempenho dos estudantes brasileiros, permitindo diagnósticos periódicos da qualidade educacional oferecida pelas redes públicas e privadas de ensino. Segundo documentos oficiais, "o Saeb torna-se elementar ao trazer dados sobre

o desempenho dos estudantes brasileiros" nas disciplinas fundamentais (INEP, 2024, p. 1), constituindo-se como principal referência para elaboração de políticas educacionais no país.

Vale elencar que a relevância dos indicadores de desempenho transcende sua dimensão técnica de mensuração de aprendizagens, assumindo papel político de accountability e transparência na gestão educacional. A criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica em 2007 representou marco significativo nesse processo, uma vez que passou a articular resultados de desempenho com indicadores de fluxo escolar. De acordo com o Ministério da Educação, "o Ideb foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira em 2007, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação para medir a qualidade de ensino no território nacional" (BRASIL, 2007, p. 2).

Necessariamente, compreender os indicadores de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática demanda análise criteriosa de suas metodologias de construção, das escalas de proficiência utilizadas, dos resultados alcançados ao longo das edições das avaliações e das implicações desses dados para práticas pedagógicas e políticas educacionais. Este estudo propõe-se a realizar tal exame, investigando como esses indicadores revelam aspectos da realidade educacional brasileira e quais desafios emergem de suas evidências para melhoria da qualidade do ensino no Ensino Fundamental.

A questão central que orienta esta investigação pode ser formulada nos seguintes termos: de que maneiras os indicadores de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática contribuem para diagnóstico da qualidade educacional no Ensino Fundamental e quais implicações suas evidências apresentam para formulação de políticas públicas e práticas pedagógicas? Para responder a esse questionamento, parte-se de pesquisa bibliográfica e documental, examinando relatórios oficiais do Inep, estudos acadêmicos sobre avaliação educacional e análises de resultados das avaliações em larga escala realizadas no país.

É importante destacar que a análise proposta considera os indicadores educacionais não como meros dados estatísticos descontextualizados, mas como expressão de complexos processos sociais, políticos e pedagógicos que constituem a educação pública brasileira. Nessa perspectiva, o exame dos indicadores de desempenho revela-se fundamental para compreensão dos avanços conquistados, dos desafios persistentes e das desigualdades que marcam o sistema educacional nacional. Contudo, cabe ressaltar que indicadores, por si mesmos, não transformam realidades educacionais, demandando articulação com ações concretas desenvolvidas nas escolas e nas redes de ensino para efetiva promoção de aprendizagens significativas.

DESENVOLVIMENTO

O Sistema de Avaliação da Educação Básica constitui principal instrumento de avaliação em larga escala da educação brasileira, sendo aplicado bianualmente em escolas públicas e privadas de todo território nacional. Conforme estabelecido pelo Inep, "o Saeb foi criado em 2007 pelo Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino" (INEP, 2024, p. 2). Esse sistema avalia estudantes do quinto e nonoS anos do Ensino Fundamental, além da terceira série do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, utilizando testes padronizados construídos segundo metodologia da Teoria de Resposta ao Item.

A avaliação de Língua Portuguesa no Saeb focaliza competências relacionadas à leitura, partindo do pressuposto de que ser competente no uso da língua significa saber interagir por meio de textos nas mais diferentes situações comunicativas. Segundo relatório oficial, "os testes de Língua Portuguesa tiveram como foco a leitura, com o objetivo de verificar se os alunos são capazes de apreender o texto como construção de conhecimento em diferentes níveis de compreensão, análise e interpretação" (INEP, 2024, p. 8). Essa perspectiva alinha-se a concepções sociointeracionistas de linguagem, que compreendem a leitura como processo ativo de construção de sentidos mediado por contextos socioculturais específicos.

Necessariamente, a escolha por focalizar competências leitoras na avaliação de Língua Portuguesa reflete compreensão de que a leitura constitui habilidade fundamental não apenas para essa disciplina, mas para todas as áreas do conhecimento escolar e para participação social plena dos cidadãos. Conforme explicitado nos documentos curriculares nacionais, desenvolver competência leitora demanda que estudantes demonstrem habilidades complexas como "reconhecer, identificar, agrupar, associar, relacionar, generalizar, abstrair, comparar, deduzir, inferir, hierarquizar" (INEP, 2024, p. 8), evidenciando natureza sofisticada das operações cognitivas mobilizadas na compreensão textual.

No que concerne à Matemática, o Saeb prioriza avaliação de competências relacionadas à resolução de problemas, abordagem que transcende mera verificação de domínio de algoritmos e procedimentos de cálculo. Segundo os documentos oficiais, "nos testes de Matemática, o foco esteve na resolução de problemas" (INEP, 2024, p. 8), perspectiva que valoriza aplicação de conhecimentos matemáticos em situações contextualizadas e desenvolvimento de raciocínio matemático. Tal opção metodológica dialoga com tendências contemporâneas de educação matemática, que enfatizam importância de compreensão conceitual e capacidade de mobilização de diferentes estratégias para enfrentamento de situações-problema.

Vale elencar que os resultados do Saeb são apresentados através de escalas de proficiência que descrevem níveis crescentes de complexidade das aprendizagens alcançadas pelos estudantes. Essas escalas permitem não apenas identificar pontuação média obtida, mas compreender quais habilidades e competências estudantes em determinado nível de proficiência demonstram ter desenvolvido. Conforme análises especializadas, "no quinto ano do ensino fundamental, a proficiência em língua portuguesa concentrou-se nos níveis quatro e cinco da escala do Saeb, com 17,3% e 16,7% dos alunos, respectivamente" (INEP, 2023, p. 4), permitindo diagnóstico detalhado da distribuição dos estudantes nos diferentes níveis de aprendizagem.

É importante destacar que análise histórica dos resultados do Saeb revela trajetória de avanços e retrocessos na qualidade da educação brasileira, particularmente quando se examinam dados das últimas edições da avaliação. Estudos especializados indicam que "nos anos iniciais do ensino fundamental, a aprendizagem de língua portuguesa caiu de 214 pontos, em 2019, para 208, em 2021" (IEDE, 2022, p. 2), evidenciando impactos negativos da pandemia de Covid-19 sobre as aprendizagens escolares. Essa queda mostra-se ainda mais acentuada em Matemática, disciplina na qual "a proficiência passou de 227 para 216 nesse mesmo período" (IEDE, 2022, p. 2).

Contudo, análise de séries históricas mais extensas permite identificar que, anteriormente à pandemia, havia tendência de crescimento nas proficiências médias, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Segundo dados do Itaú Social, "o desempenho do quinto ano do Fundamental tinha aumentado desde 2007 e de forma mais acentuada em Língua Portuguesa desde 2013 e em Matemática desde 2015" (ITAÚ SOCIAL, 2022, p. 5), sugerindo que políticas implementadas no período produziram efeitos positivos sobre as aprendizagens. Essa constatação reforça compreensão de que melhorias educacionais constituem processos graduais que demandam investimento sustentado ao longo do tempo.

No que se refere aos anos finais do Ensino Fundamental, os desafios apresentam-se de forma ainda mais significativa. Pesquisas demonstram que "no nono ano do ensino fundamental, a proficiência em língua portuguesa teve uma maior concentração nos níveis três e quatro da escala do Saeb, com 17% e 17,3% dos alunos, respectivamente" (INEP, 2023, p. 5), indicando que parcela expressiva dos estudantes ainda não alcançou níveis adequados de proficiência ao final dessa etapa de escolarização. Em Matemática, situação apresenta-se ainda mais preocupante, uma vez que "na área de matemática, os alunos do nono ano concentram-se nos níveis dois e três, com 16,8% e 17,1% deles, respectivamente" (INEP, 2023, p. 5).

Necessariamente, compreensão adequada dos indicadores de desempenho demanda articulação com outro importante índice educacional: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Criado em 2007, o Ideb "foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações" (INEP, 2024, p. 2). Essa articulação entre fluxo e aprendizagem representa inovação significativa na avaliação educacional brasileira, superando modelos que consideravam apenas um desses aspectos isoladamente.

A metodologia de cálculo do Ideb estabelece que "o índice é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica" (INEP, 2024, p. 3), resultando em indicador sintético que varia de zero a dez. Conforme explicitado nos documentos oficiais, "a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema" (INEP, 2007, p. 4).

Vale elencar que o Ideb nasceu associado ao estabelecimento de metas educacionais que deveriam ser alcançadas por escolas, municípios, estados e pela União. Segundo documentos do Ministério da Educação, "o Plano de Desenvolvimento da Educação estabelece, como meta, que em 2021 o Ideb do Brasil seja 6,0, média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos" (BRASIL, 2007, p. 6). Embora essa meta não tenha sido integralmente alcançada no prazo estabelecido, dados recentes indicam progressos significativos, uma vez que "o último Ideb, realizado em 2023, declara a nota do Brasil sendo 6,0 nos anos iniciais" (WIKIPEDIA, 2024, p. 1).

É importante destacar que análises dos indicadores educacionais revelam persistência de desigualdades significativas quando se consideram recortes por raça, nível socioeconômico, localização geográfica e dependência administrativa das escolas. Pesquisas especializadas apontam que, "embora o desempenho tenha aumentado desde 2007, as desigualdades por raça não mostram tendências de queda" (ITAÚ SOCIAL, 2022, p. 5), evidenciando que avanços nas médias gerais não necessariamente se traduziram em redução das disparidades entre diferentes grupos sociais. Tal constatação revela desafio fundamental das políticas educacionais brasileiras: promover não apenas elevação geral dos níveis de aprendizagem, mas também maior equidade no acesso a uma educação de qualidade.

Contudo, discussão sobre indicadores de desempenho não pode desconsiderar questões metodológicas e conceituais que envolvem avaliações em larga escala. Especialistas advertem para riscos de utilização inadequada desses instrumentos, particularmente quando resultados são empregados para estabelecimento de rankings entre escolas ou para responsabilização punitiva de professores e gestores. Conforme alertam pesquisadores, "é necessário evitar o uso do Ideb para qualquer tipo de leitura de resultados educacionais, comparações e/ou ranqueamentos, pois o mesmo não se apresenta como uma medida tecnicamente adequada em contextos específicos" (UNDIME, 2022, p. 8).

Além das avaliações externas em larga escala conduzidas nacionalmente, várias redes de ensino têm implementado sistemas próprios de avaliação diagnóstica e formativa, buscando produzir informações mais frequentes e contextualizadas sobre aprendizagens dos estudantes. Segundo documentação de secretarias estaduais, "a avaliação foi realizada por meio de provas escritas de Língua Portuguesa (Leitura/Produção de textos) e de Matemática, por meio da Avaliação de Aprendizagem em Processo, destinadas aos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental" (SÃO PAULO, 2014, p. 9). Essas iniciativas buscam complementar informações produzidas pelo Saeb, oferecendo subsídios mais imediatos para intervenções pedagógicas.

Necessariamente, efetividade dos indicadores de desempenho em promover melhorias educacionais depende fundamentalmente de como dados produzidos são apropriados por gestores, professores e comunidades escolares. Pesquisas indicam que "os indicadores internos mostram que, na disciplina de Língua Portuguesa, os alunos do terceiro ano do Ensino Fundamental apresentaram um resultado de 86,06% de aprovação e, em Matemática, de 87,4%" (NUCLEODOCONHECIMENTO,

2019, p. 12), sugerindo discrepâncias entre avaliações internas realizadas pelas escolas e resultados obtidos em avaliações externas. Tal fenômeno demanda reflexão sobre práticas avaliativas escolares e sobre necessidade de alinhamento entre diferentes modalidades de avaliação.

Vale elencar que, nos últimos anos, o Ministério da Educação tem investido em plataformas digitais que permitam acompanhamento mais sistemático e contínuo das aprendizagens dos estudantes. Segundo informações oficiais, "o Ministério da Educação, em parceria com o CAEd/UFJF, disponibiliza gratuitamente aos entes federativos a Plataforma de Avaliação e Acompanhamento das Aprendizagens" (MEC, 2024, p. 2), ferramenta que permite não apenas aplicação de avaliações diagnósticas, mas também integração de resultados com indicadores estratégicos como o Ideb. Essas iniciativas representam esforço de construção de cultura avaliativa formativa, que priorize acompanhamento processual das aprendizagens em detrimento de avaliações meramente classificatórias.

É importante destacar que análise dos indicadores de desempenho revela desafios específicos relacionados a diferentes etapas do Ensino Fundamental. Nos anos iniciais, particular atenção tem sido direcionada à alfabetização, uma vez que domínio da leitura e da escrita constitui condição fundamental para aprendizagens subsequentes. Conforme estabelecido pela Meta cinco do Plano Nacional de Educação, busca-se "alfabetização de todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental" (INEP, 2024, p. 7). Dados recentes, entretanto, revelam que "entre 2019 e 2021, houve um crescimento de 66,3% no número de crianças de seis e sete anos que não sabiam ler e escrever no Brasil" (FUTURA, 2022, p. 3), evidenciando gravidade do problema.

Contudo, desafios não se restringem à alfabetização inicial, estendendo-se ao desenvolvimento de competências mais complexas ao longo de toda escolarização básica. Análises especializadas indicam que "no segundo ano do ensino fundamental, a proficiência média em língua portuguesa caiu 24,1 pontos, de 750 para 725,9, no período entre 2019 e 2021" (INEP, 2024, p. 5), revelando retrocessos significativos justamente no momento crucial do processo de alfabetização. Recuperação dessas aprendizagens constitui prioridade das políticas educacionais atuais, demandando articulação entre União, estados e municípios.

A discussão sobre indicadores de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática articula-se também com debates sobre currículo e práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas. Pesquisadores enfatizam que resultados obtidos nas avaliações refletem não apenas fatores socioeconômicos e extraescolares, mas também qualidade das práticas de ensino implementadas. Conforme destacado em estudos, "o processo de melhora do desempenho dos alunos não depende apenas das escolas, mas requer que analisemos os impactos econômicos e indicadores de violência" (IEDE, 2022, p. 6), evidenciando necessidade de abordagem multidimensional para enfrentamento dos desafios educacionais.

Necessariamente, utilização de indicadores de desempenho para orientação de políticas públicas demanda cautela para evitar reducionismos que desconsiderem complexidade dos processos educativos. Especialistas alertam para riscos de estreitamento curricular quando

avaliações em larga escala assumem papel excessivamente preponderante na definição de prioridades escolares. Conforme argumentam pesquisadores críticos, avaliações padronizadas podem induzir práticas pedagógicas focadas exclusivamente em preparação para testes, negligenciando dimensões formativas igualmente importantes para desenvolvimento integral dos estudantes.

Vale elencar ainda que análises comparativas entre diferentes estruturas de gestão do Ensino Fundamental revelam correlações interessantes com resultados de desempenho. Segundo pesquisas, "considerando o desempenho de Matemática no quinto ano, os resultados indicam que oferecer o Ensino Fundamental apenas em escolas municipais é preferível a oferecê-lo em escolas estaduais" (ITAÚ SOCIAL, 2022, p. 8), sugerindo que fatores organizacionais e de gestão influenciam significativamente aprendizagens dos estudantes. Tais evidências devem informar debates sobre pactos federativos e atribuições de responsabilidades entre diferentes entes na oferta educacional.

É importante destacar também questões relacionadas à trajetória escolar dos estudantes, aspecto fundamental contemplado pelo Ideb através da dimensão de fluxo. Pesquisas recentes identificaram que "apenas metade dos estudantes completou o Ensino Fundamental com uma trajetória regular, ou seja, que entrou na escola e concluiu na idade certa sem ocorrências de abandono ou repetência" (ITAÚ SOCIAL, 2022, p. 9), revelando magnitude do problema de reprovação e abandono escolar no Brasil. Essa situação mostra-se ainda mais grave quando se consideram recortes por gênero e raça, evidenciando que meninos e estudantes negros e indígenas enfrentam maiores obstáculos para conclusão regular da educação básica.

Contudo, apesar dos desafios evidenciados pelos indicadores, é fundamental reconhecer também avanços conquistados e experiências exitosas desenvolvidas por diferentes redes de ensino. Análises demonstram que municípios e estados que implementaram políticas articuladas de formação docente, melhoria de infraestrutura escolar, acompanhamento pedagógico sistemático e valorização profissional de educadores conseguiram progressos significativos em seus indicadores educacionais. Conforme documentado em estudos de caso, "houve um aumento de 80% na proporção de escolas municipais que só oferecem Ensino Fundamental dois, dentre o total de escolas que oferecem essa etapa" (ITAÚ SOCIAL, 2022, p. 8), mudança organizacional que impactou positivamente resultados de aprendizagem em diversos contextos.

A implementação de programas específicos voltados à recomposição de aprendizagens constitui estratégia adotada recentemente pelo Ministério da Educação para enfrentamento das defasagens acumuladas durante período pandêmico. Segundo informações oficiais, "o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens é uma política pública instituída que articula esforços entre União, estados, Distrito Federal e municípios para enfrentar defasagens de aprendizagens dos estudantes da educação básica" (MEC, 2025, p. 6). Tais iniciativas representam reconhecimento de que superação dos desafios evidenciados pelos indicadores demanda ações coordenadas e investimento sustentado de recursos.

Necessariamente, discussão sobre indicadores de desempenho articula-se com debates mais amplos sobre direito à educação e justiça social. Os dados produzidos pelas avaliações em larga escala revelam que significativa parcela dos estudantes brasileiros ainda não tem garantido seu direito a aprendizagens essenciais, particularmente em Matemática. Conforme evidenciado em análises recentes, "o percentual de alunos abaixo do adequado para Matemática é de 63%, ou seja, seis de cada dez estudantes brasileiros estão abaixo do esperado no aprendizado em Matemática nos anos iniciais" (ITAÚ SOCIAL, 2022, p. 4), situação que demanda urgente mobilização de esforços para sua superação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos indicadores de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental revela complexo panorama da educação brasileira, marcado por avanços conquistados nas últimas décadas, mas também por persistência de desafios significativos e desigualdades estruturais. O Sistema de Avaliação da Educação Básica e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica constituem instrumentos fundamentais para produção de diagnósticos sobre qualidade educacional, oferecendo evidências que devem fundamentar formulação de políticas públicas e orientação de práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas.

Os indicadores demonstram que, embora tenha havido trajetória de crescimento nas proficiências médias em períodos anteriores à pandemia de Covid-19, os impactos desse evento sobre as aprendizagens escolares foram devastadores, particularmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A queda observada nos resultados entre 2019 e 2021, mais acentuada em Matemática do que em Língua Portuguesa, evidencia urgência de implementação de programas consistentes de recomposição de aprendizagens que possam recuperar defasagens acumuladas e garantir direito de todos os estudantes a uma educação de qualidade.

Vale elencar que análise dos indicadores revela também persistência de desigualdades educacionais relacionadas a fatores como raça, nível socioeconômico, localização geográfica e dependência administrativa das escolas. Tal constatação evidencia que desafio educacional brasileiro não se resume à elevação das médias gerais de desempenho, mas demanda compromisso com promoção de equidade, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas origens e condições, tenham acesso a aprendizagens significativas. Políticas educacionais devem, portanto, contemplar ações diferenciadas que considerem especificidades de diferentes grupos e contextos, evitando abordagens padronizadas que tendem a reproduzir desigualdades existentes.

É importante destacar que efetividade dos indicadores de desempenho em promover melhorias educacionais depende fundamentalmente de como são apropriados e utilizados por diferentes atores do sistema educacional. Gestores públicos devem empregar essas informações para fundamentar decisões sobre alocação de recursos, definição de prioridades e desenho de políticas. Gestores

escolares e professores devem apropriar-se dos dados para reflexão sobre práticas pedagógicas, identificação de necessidades formativas e planejamento de intervenções. Comunidades escolares e sociedade civil devem utilizar indicadores para exercício de controle social e reivindicação de melhorias educacionais.

Contudo, cabe ressaltar que indicadores, por si mesmos, não transformam realidades educacionais. Sua potencialidade reside na capacidade de revelar aspectos da realidade que demandam atenção e intervenção, mas transformações efetivas dependem de vontade política, investimento de recursos, valorização profissional de educadores, melhoria de condições de trabalho docente e de infraestrutura escolar, além de desenvolvimento de práticas pedagógicas qualificadas. Riscos de utilização inadequada dos indicadores para responsabilização punitiva ou estabelecimento de rankings excludentes devem ser evitados, priorizando-se abordagens formativas que contribuam para construção coletiva de melhorias educacionais.

Necessariamente, superação dos desafios evidenciados pelos indicadores de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática demanda articulação de múltiplas dimensões da política educacional. Investimento em formação inicial e continuada de professores, garantia de condições adequadas de trabalho docente, implementação de currículos que articulem conhecimentos disciplinares com desenvolvimento de competências mais amplas, utilização de metodologias ativas e contextualizadas de ensino, estabelecimento de processos avaliativos formativos que acompanhem continuamente as aprendizagens, e promoção de ambientes escolares acolhedores e estimulantes constituem elementos fundamentais de estratégia abrangente de melhoria da qualidade educacional.

Em síntese, os indicadores de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental oferecem contribuições fundamentais para compreensão da realidade educacional brasileira e para fundamentação de políticas públicas educacionais. Sua análise revela tanto avanços conquistados quanto desafios persistentes, evidenciando necessidade de compromisso sustentado com garantia do direito de todas as crianças e adolescentes a aprendizagens significativas nessas áreas basilares do conhecimento escolar. Somente através de esforço coletivo articulado, envolvendo poder público, profissionais da educação e sociedade civil, será possível construir sistema educacional verdadeiramente equitativo e de qualidade, capaz de contribuir para formação de cidadãos críticos, autônomos e preparados para os desafios contemporâneos. Os indicadores apontam caminhos e revelam urgências, cabendo aos diferentes atores sociais transformar essas evidências em ações concretas que efetivem o direito à educação para todos os estudantes brasileiros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: MEC/Inep, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma de Avaliação e Acompanhamento das Aprendizagens**. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/recomposicao-aprendizagens/plataforma-de-avaliacao. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC apresenta resultados do 3º ciclo da Avaliação Formativa das Aprendizagens**. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/outubro. Acesso em: 14 nov. 2024.

EDUCACIONAL. **13 indicadores educacionais que todo gestor deve acompanhar**. São Paulo: Educacional, 2024. Disponível em: https://educacional.com.br/gestao-escolar/indicadores-educacionais/. Acesso em: 14 nov. 2024.

FUNDAÇÃO LEMANN; INSTITUTO NATURA. **Análise dos resultados do Saeb 2021: principais achados e recomendações**. São Paulo: Itaú Social, 2022.

FUTURA. **Alfabetização de crianças no Brasil: reflexões e dados sobre o cenário atual**. São Paulo: Fundação Telefônica Vivo, 2022. Disponível em: https://www.futura.org.br/alfabetizacao-criancas-brasil/. Acesso em: 14 nov. 2024.

IEDE. **Saeb 2021: o que revelam os dados sobre aprendizagem dos alunos?** São Paulo: Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional, 2022. Disponível em: https://www.portaliede.com.br/saeb-2021/. Acesso em: 14 nov. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Relatório Saeb 2021**. Brasília: Inep/MEC, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sistema de Avaliação da Educação Básica: documentos de referência**. Brasília: Inep/MEC, 2024.

NÚCLEO DO CONHECIMENTO. **Indicadores de desempenho escolar: um estudo sobre avaliações externas e internas**. São Paulo: Revista Científica Multidisciplinar, v. 2, n. 8, 2019. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/indicadores-de-desempenho. Acesso em: 14 nov. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Relatório Pedagógico 2014: Avaliação da Aprendizagem em Processo**. São Paulo: SEE-SP, 2014.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. **Avaliação educacional: caminhos e desafios para a gestão municipal**. Brasília: Undime, 2022.